

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000215-85.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Keila Eliza Grimberg**  
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Keila Eliza Grimberg propôs a presente ação contra os réus Banco Santander (Brasil) SA e Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência SA, requerendo: a) a condenação destes no pagamento dos capitais segurados na proposta de seguro nº 008816237529, no valor de R\$ 25.000,00, e na proposta de seguro nº 008956626228, no valor de R\$ 12.000,00; b) seja declarado abusivo e arbitrário o cancelamento da apólice nº 614930 por inadimplência; c) sejam consideradas nulas de pleno direito as cláusulas 10.1 e 10.2 das Condições Gerais do Contrato e os itens 5 e 6 das Propostas; d) que seja reconhecido o erro na identificação dos contratos com cobertura para o diagnóstico de câncer, caracterizando deficiência na prestação do serviço, provocando desestímulo na continuidade contratual; e) a condenação das rés no pagamento de indenização por dano moral não inferior a R\$ 65.000,00.

Os corréus Banco Santander (Brasil) SA e Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência SA, em contestação de folhas 146/161, suscitam preliminar de ilegitimidade passiva do corréu Banco Santander (Brasil) SA. No mérito, requerem a improcedência do pedido, alegando que, com relação à apólice 286, o sinistro foi negado em razão do período de carência e não de cancelamento do seguro, já que, segundo a autora, o diagnóstico do câncer foi confirmado em 07/01/2014, menos de três meses após a contratação do seguro, que se deu em 31/10/2013, e tinha um período de carência de 120 dias para o caso de diagnóstico de câncer. Sustenta que o período de carência encontra-se em destaque na proposta do seguro. Com relação à apólice 113306, certificado 333563624, sustenta que falta à autora interesse de agir, pois deveria dar impulso à regulação do sinistro, que é


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requisito essencial para o pagamento da cobertura segurada. Aduz que a autora deixou de fornecer os documentos necessários à regulação do sinistro, não tendo encaminhado à seguradora a documentação complementar exigida (**confira folhas 155, item “54”**). Alega que a cobertura não foi em momento algum recusada, apenas não tendo sido efetuado o pagamento porque os documentos não foram entregues pela autora. Alega que não há que se falar em indenização por danos morais porque inexistentes.

Réplica de folhas 233/244.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, porque impertinente a dilação probatória, orientando-me pelos documentos carreados aos autos (CPC, artigo 396).

De início, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo corréu Banco Santander (Brasil) SA, tendo em vista que foi ele quem intermediou a contratação do seguro de vida, sendo corresponsável por eventuais vícios do produto.

A autora instruiu a inicial com duas propostas de seguro.

A primeira proposta, de nº 008816237529, certificado 614930, apólice 286, com vigência de 31/10/2013 a 31/10/2014, que possui prazo de carência de 90 dias, com capital segurado de R\$ 25.000,00 (**confira folhas 35/41**).

A segunda proposta, de nº 008956626228, certificado 333563624, apólice 113306, com vigência de 12/06/2013 a 12/06/2014, que possui prazo de carência de 60 dias, com capital segurado de R\$ 12.000,00 (**confira folhas 44/46**).

Também alegou a autora e comprovou documentalmente, que a doença coberta pelos planos foi diagnosticada em 07/01/2014 (**confira folhas 27**).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É perfeitamente legal estabelecer-se o prazo de carência e não vislumbrei qualquer omissão dos corréus na informação ao consumidor, porque dentre as observações constantes das propostas de seguro, o prazo de carência é o primeiro a ser informado no campo observações (**confira folhas 41 e folhas 46**).

Assim, o prazo de carência da proposta nº 008816237529, certificado 614930, apólice 286, que é de 90 dias, expira-se em 31/01/2014, pois tem como início de vigência o dia 31/10/2013 (**confira folhas 35**). Todavia, segundo a própria autora, ela foi diagnosticada com câncer em 07/01/2014 (**confira folhas 04, quarto parágrafo**).

Dessa maneira, quando o câncer foi diagnosticado, a proposta nº 008816237529 ainda se encontrava no período de carência, não fazendo jus a autora ao recebimento do capital segurado para a referida proposta.

Com relação à proposta nº 008956626228, certificado 333563624, apólice 113306, com vigência de 12/06/2013 a 12/06/2014, que possui prazo de carência de 60 dias, com capital segurado de R\$ 12.000,00, quando do diagnóstico do câncer, o contrato se encontrava em plena vigência e não se encontrava no período de carência.

Dessa maneira, faz jus a autora ao recebimento do capital segurado de R\$ 12.000,00, na referida proposta.

E nesse ponto, não há que se falar em necessidade de regulação do sinistro para o pagamento em juízo da quantia a que faz jus a autora, diante do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

A atualização monetária dessa quantia terá como termo inicial a data do diagnóstico (folhas 27), com juros de mora contados da citação, uma vez que a autora não instruiu a inicial com documento que comprove haver requerido administrativamente o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento do capital segurado.

Nada há a ser declarado com relação a qualquer nulidade nas cláusulas 10.1 e 10.2 das condições gerais do contrato, bem como dos itens 5 e 6, porque inexistente qualquer irregularidade ou prejuízo ao consumidor, devendo ser observado o princípio *pacta sunt servanda* (**confira folhas 120**).

Também não há que se falar em abusividade no cancelamento da apólice 614930, uma vez que o período de vigência de 31/10/2013 a 31/10/2014, já se escoou, não havendo qualquer direito ao recebimento do capital segurado porque o contrato de seguro se encontrava no período de carência quando a doença foi diagnosticada, conforme fundamentação acima.

Ainda não há que se falar em erro na identificação dos contratos com cobertura para o diagnóstico de câncer, pois as propostas são claras e de fácil entendimento (**confira folhas 34/41 e 44/46**).

Por fim, não há que se falar em condenação dos réus no pagamento de indenização por danos morais em favor da autora, primeiro, porque, como já fundamentado, a proposta nº 008816237529 ainda se encontrava no período de carência quando do diagnóstico e, segundo, porque com relação à proposta nº 008956626228, foi a própria autora quem não deu início à regulação do sinistro.

Diante do exposto, acolho, em parte, o pedido inicial, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar os corréus, solidariamente, no pagamento em favor da autora, da quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária desde a data do diagnóstico (folhas 27) e juros de mora a partir da citação. Tendo em vista a sucumbência recíproca, cada parte arcará com as custas e despesas processuais desembolsadas e com os honorários de seus respectivos patronos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de junho de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**